

INQUÉRITO CIVIL 06.2020.00004254-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí/SC; e ARISTEL ALBINO HINCKEL, inscrito sob o CPF n. 181.257.869-53, nascido em 16/12/1945, filho de Maria José Albino Hinckel, residente e domiciliado na rua Otávio Hinckel, n. 500, em Itajaí/SC, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/00.

CONSIDERANDO que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (Constituição Federal, art. 225, *caput*);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, inciso III, da Constituição da República, possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXI, 170, inciso VI, 182, § 2º e 186, inciso I, todos da Constituição da República, e os princípios jurídicos ambientais do desenvolvimento sustentável, da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção ao bioma Mata Atlântica e seus remanescentes, regulamentada e protegida pela Lei n. 11.428/2006, cuja preservação garante a presença de nascentes, fluxo de mananciais de água que abastecem as cidades, além de ajudar o clima e a

conservação do solo, protegendo escarpas e morros, com respeito às inúmeras espécies de animais e vegetais que dela dependem;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei n. 12.651/2012, que considera como área de preservação permanente área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem papel preponderante na proteção e recuperação do meio ambiente, além da defesa da ordem jurídica, incluídos o acompanhamento e fiscalização dos Registros Públicos;

CONSIDERANDO o objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente que é compatibilizar o desenvolvimento sócioeconômico com o equilíbrio ambiental essencial à sadia qualidade de vida;

CONSIDERANDO a tramitação, no âmbito desta Promotoria de Justiça, do presente Inquérito Civil, instaurado com o escopo de promover a recuperação da área degradada por Aristel Albino Hinckel na Rua Raul José Lamim, s/n, Bairro Brilhante, Município de Itajaí (Coordenada 0719535/7007423).

CONSIDERANDO que Aristel Albino Hinckel danificou 6000 m² de vegetação nativa, através do corte de vegetação de sub-bosque, objeto de especial preservação, Bioma Mata Atlântica, para formação de sítio, sem autorização dos órgão ambientais. Grau de Lesividade Médio I, conforme Portaria 170/2013/GAB P. Tatma/BPMA/SC (Coordenada 0719535/7007423) (fl. 65/67).

RESOLVEM

Formalizar, por intermédio deste instrumento, TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, cumprindo as medidas pactuadas, consubstanciadas em obrigações de fazer e reparação do dano, e à adoção de medidas compensatórias, a fim de minimizar o impacto causado ao meio

ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA 1ª: O Compromissário obriga-se a recuperar a área degradada delimitada no Auto de Infração Ambiental n. 41.225-A, da Polícia Militar Ambiental, tendo em vista a ocorrência de *"corte de vegetação nativa de subosque, abertura de estrada para implantação de um sítio sem autorização dos órgãos ambientais"*.

Para tanto, a título de medida compensatória pelo desenvolvimento de atividade em desacordo com a legislação vigente, o compromissário, obriga-se a protocolar junto a Instituto Itajaí Sustentável, PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – PRAD, para total recuperação da área, no imóvel situado na rua Raul José Lamim, s/n, bairro Brilhante, no Município de Itajaí (Coordenada 0719535/7007423). Prazo de protocolo: 30 dias.

Parágrafo Primeiro: O PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA deverá contemplar, além de outros requisitos que possam a vir ser determinados pelo INIS, a reconformação do relevo, melhoria da qualidade do solo, o plantio de espécies nativas da região e a recuperação da Área de Preservação Permanente.

Parágrafo Segundo: O plano deverá ser protocolado no prazo estipulado, comprometendo-se o Compromissário a realizar as alterações necessárias impostas pelo órgão licenciador, no prazo definido por este e executá-lo nos prazos estipulados pelo órgão ambiental e conforme o cronograma do PRAD.

CLÁUSULA 2ª: O COMPROMISSÁRIO obriga-se no pagamento de medida compensatória indenizatória **no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, pagamento a ser realizado em 12 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento, a primeira, no dia XX.XX.XX, em favor do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina – FRBL, criado pelo Decreto n. 1.047/87, com boleto a ser retirado nesta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA 3ª: Constatado o descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas acima pactuadas, fica o compromissário obrigados ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertido ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, criado pelo Decreto nº 1.047, de 10 de dezembro de 1987, sem prejuízo das demais medidas

administrativas, civis e criminais cabíveis.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas. **Parágrafo Segundo** – O valor da multa não exime o compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

Parágrafo Terceiro – Não sendo efetuado o depósito do valor da multa, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Parágrafo Quarto – O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a execução específica das obrigações assumidas.

Parágrafo Quinto – O presente Termo de Compromisso de Conduta poderá ser protestado, em caso de seu descumprimento.

Assim, por acharem justos e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85 e art. 25 do Ato 395/2018/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que este Inquérito Civil Público, em relação ao compromissário, será arquivado, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para fiscalização das obrigações acima assumidas.

Assim, por acharem justos e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85 e art. 19, *caput* do Ato 335/2014/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que este Inquérito Civil, será arquivado, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para fiscalização das obrigações acima assumidas.

Promotoria Regional do Meio Ambiente - RH7
10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí

Itajaí, 16 de março de 2022.

[assinado digitalmente]

Cesar Augusto Engel
Promotor de Justiça e.e

Compromissário